

Empresas negam ter pressionado comunidades locais

As empresas Novelis, subsidiária da Alcan, e Vale do Rio Doce entregaram um relatório à Secretaria Especial de Direitos Humanos, defendendo-se das denúncias apresentadas à ONU. O documento afirma, por exemplo, que as negociações com os moradores de São Sebastião do Soberbo e dos distritos que se localizam nas

proximidades de Candonga foram amplas.

“De fevereiro de 2000 a maio de 2001, aconteceram mais de 80 reuniões com a comunidade para discutir os tipos de casa, a igreja, a praça e a estrutura da nova cidade a ser construída. Muitas dessas discussões foram objeto de registros encaminhados ao órgão am-

biental”, cita o documento apresentado pelas empresas.

Além disso, o relatório entregue há duas semanas garante que os critérios gerais que embasaram o processo de negociação junto aos produtores locais, proprietários ou não afetados, contemplaram a participação social, o ressarcimento integral de patrimô-

nio, a existência de áreas viáveis nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, e acompanhamento e apoio social e profissional das famílias.

“A negociação de compra das áreas e casas pelo consórcio foi feita caso a caso, opção feita pelos próprios moradores durante as negociações que definiam o ver-

dadeiro impacto social: a mudança da vila para outro local e a alteração das condições de vida das pessoas”, diz a defesa.

As empresas negam que tenha havido pressão e violência com as famílias. Mas admite que a polícia atuou na remoção de 20 famílias que se recusavam sair mesmo com a imissão de posse. (EK)